



## DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### 1. ENTE

**Nome:** Prefeitura Municipal de Pouso Alegre / MG  
**Endereço:** Rua dos Carijós, 45  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (035) 3449-4000  
**Fax:** (035) 3449-4000  
**CNPJ:** 18.675.983/0001-21  
**Complemento:**  
**CEP:** 37550-000  
**E-mail:** gab@pousoalegre.mg.gov.br

### 2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

**Nome:** Agnaldo Perugini  
**Cargo:** Prefeito  
**E-mail:** gab@pousoalegre.mg.gov.br  
**CPF:** 634.285.126-34  
**Complemento do Cargo:**  
**Data Início de Gestão:** 01/01/2009

### 3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF

**Nome:** IPREM- Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre  
**Endereço:** Praça João Pinheiro, 229  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (035) 3427-9700  
**Fax:** (035) 3422-9752  
**CNPJ:** 86.754.348/0001-90  
**Complemento:**  
**CEP:** 37550-000  
**E-mail:** recepcao@iprem.mg.gov.br

### 4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

**Nome:** Eduardo Felipe Machado  
**Cargo:** Diretor  
**Telefone:** (035) 3422-9753  
**Fax:** (035) 3422-9753  
**Complemento do Cargo:** Presidente  
**CPF:** 512.174.496-04  
**E-mail:** presidencia@iprem.mg.gov.br  
**Data Início de Gestão:** 24/03/2011

### 5. GESTOR DE RECURSOS

**Nome:** Cristiano Lemos  
**Cargo:** Diretor  
**Telefone:** (035) 3427-9702  
**Fax:** (035) 3422-9753  
**Entidade Certificadora:** ANBIMA  
**Complemento do Cargo:** Finanças e Arrecadação  
**CPF:** 042.001.996-02  
**E-mail:** finanzas@iprem.mg.gov.br  
**Data Início de Gestão:** 12/06/2015  
**Validade Certificação:** 12/06/2018

### 6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

**Nome:** Cristiano Lemos  
**Telefone:** (035) 3427-9702  
**Fax:** (035) 3422-9753  
**CPF:** 042.001.996-02  
**E-mail:** finanzas@iprem.mg.gov.br

**7. DEMONSTRATIVO**

Exercício: 2016

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos: Cristiano Lemos

CPF: 042.001.996-02

Data da Elaboração: 08/12/2015

Data da ata de aprovação: 17/12/2015

Órgão superior competente: Conselho Deliberativo

**Meta de Rentabilidade dos Investimentos**

Indexador: IPCA

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: ( X ) Meio Eletrônico ( X ) Impresso

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
<b>Renda Fixa - Art. 7º</b>		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	40,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	80,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	5,00
FI em Direitos Creditórios – Aberto - Art. 7º, VI	15,00	10,00
FI em Direitos Creditórios – Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	3,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	2,00
<b>Renda Variável - Art. 8º</b>		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	5,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	5,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	15,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
<b>Total</b>		310,00

**Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados**

## **Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos**

Muitos desafios e incertezas marcaram o início do ano de 2015, com uma deterioração dos principais indicadores econômicos, e consequentemente um aumento significativo do risco de uma contração do PIB. Em 2014 o governo acumulou déficit primário de 32,5 bilhões de reais (equivalente a 0,63% do PIB), sendo este o pior resultado desde 1997, gerando a pior herança estatística para o crescimento econômico. Tal bruma fechou o ano de 2014 como déficit fiscal e externo, desalinhamento nos preços e inflação, abrindo 2015 com uma crise de confiança nos agentes econômicos, empurrando a economia para um quadro de estagnação e altas de inflação. O governo tem implantado medidas com o objetivo de corrigir a sinuosidade provocada pela política econômica praticada nos últimos anos. Como forma de elevar o superávit primário o governo implantou elevações estão a retomada do CIDE (contribuição de intervenção no domínio econômico) para combustíveis, o imposto sobre operações financeiras (IOF) para operações de crédito e o aumento do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre cosméticos. Tais medidas para realinhamento dos chamados preços administrados exercem impactos contracionistas sobre a atividade no curto de forma a aumentar a arrecadação pública. Tais ações, embora bem sucedidas no sentido de reduzir o crescimento dos gastos públicos, incluindo os cortes extra nos programas sociais, não tem se mostrado suficiente, do qual alcançar um superávit primário em 2016 se perfaz em um objetivo desafiador. Com o aumento dos impostos, os níveis de inflação no Brasil romperam o teto da meta, tendo como resposta do COPOM uma séria de elevações da taxa Selic passando a 14,25% a.a. se mantendo com o objetivo de convergir para o centro da meta, de 4,5% a.a. Outro fator de risco que acompanhou a entrada do ano foi a crise energética e de abastecimento de água no Brasil. A situação se agravou devido aos baixos índices fluviiais. Dessa forma, mesmo com a normalização de chuvas no curto prazo, os níveis dos reservatórios permanecerão em situação crítica. Mais um agravante da crise de confiança é decorrente dos escândalos da Petrobrás, que vem perdendo credibilidade no decorrer dos primeiros meses do ano. Os investimentos da Petrobrás têm importante participação no investimento total da economia, respondendo por aproximadamente 10% da Formação Bruta de Capital Fixo. A previsão de investimentos da estatal em 2015 foi reduzida em outubro de US\$ 28 bilhões para US\$ 25 bilhões. Para 2016, o orçamento previsto passou de US\$ 27 bilhões para US\$ 19 bilhões, assim, o Plano de Negócios 2015-2019, que era de US\$ 130,3 bilhões, passou para US\$ 119,3 bilhões acumulando um recuo de 8,4%. A estatal deve reduzir em 2015 a queda dos investimentos na ordem de 30% em relação ao ano de 2014, se estimando segundo dados do Depecon/Fiesp uma retração de 0,9 p.p. no PIB. Primeiramente, foi divulgado pela estatal o balanço auditado referente ao terceiro trimestre de 2014, recebido negativamente pelo mercado. O documento não continha a resolução final sobre a baixa contábil de ativos referentes à operação Lava-Jato. Além disso, a Petrobrás revisou suas projeções de crescimento com a queda de 10,0% para 4,5% em 2015. No terceiro trimestre do exercício, alguns temas permanecem em foco dado sua gravidade e suas possíveis implicações. Dentre tais, a magnitude do serviço da dívida pública, que vem atingindo altas proporções do PIB com a rápida deterioração fiscal observada desde o exercício passado, do qual compartilha sintomas do elevado montante de gastos com juros. Com isso o país teve sua nota de classificação de risco rebaixada e perdeu o grau de investimento pela agência Standard & Poor's. A maior incerteza doméstica, num contexto internacional desfavorável, reduz os preços dos ativos no Brasil, inclusive a taxa de câmbio com a desvalorização do real frente ao dólar, e eleva a projeção de inflação. Nesse cenário, a perspectiva de crescimento é menor e a de desemprego, maior. Somado a tais fatores, com a divulgação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2016, que apresentou a primeira proposta de déficit no resultado primário, atenuou o grau de incerteza associada do equilíbrio das finanças públicas. Segundo a apresentação da equipe econômica, a receita líquida obtida ao longo do próximo ano será inferior à despesa total prevista para o governocentral. Ou seja, caso as premissas utilizadas nas projeções da PLOA se concretizem, o governo central incorrerá em déficit de R\$ 30,5 bilhões, equivalente a 0,5% do PIB. De fato, de acordo com o IBGE, a economia brasileira encolheu 1,9% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, equivalente a uma queda de 2,6% na comparação interanual. Ainda que a queda dos investimentos seja notável, preocupa a retração do consumo das famílias, por se tratar de um componente tradicionalmente mais resiliente da demanda doméstica, que responde por cerca de 60% do PIB no país. As expectativas do mercado caminham para uma retração de 2,9% do PIB para o ano de 2015, antevendo novas quedas do consumo e do investimento.

## **Objetivos da gestão**

A Política de Investimentos exerce um papel importante dentro do sistema gerencial de controle, organização e manutenção do RPPS. Tem a função de melhorar a administração dos ativos financeiros e facilitar a comunicação entre os gestores e o mercado financeiro. Além disso, possibilita fazer adequações no âmbito do sistema de previdência, em decorrência de possíveis mudanças advindas do controle dos recursos aplicados no mercado financeiro que possam afetar o patrimônio do fundo. Consiste em um instrumento gerencial que possibilita à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, buscarem uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco aos quais serão expostos os conjuntos de investimentos do RPPS. A política de investimentos estabelece, ainda, o referencial de rentabilidade buscada pelos gestores, a adequação das aplicações aos ditames legais e a estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2016 a 31/12/2016. Buscando alcançar o índice referencial de rentabilidade real para as aplicações dos recursos previdenciários, a estratégia de investimento proposta prevê sua diversificação nos segmentos de renda fixa e renda variável. As aplicações em fundos de investimentos poderão ser efetuadas em mais de uma instituição financeira oficial e, preferencialmente, em fundos de investimentos organizados para receber recursos nos termos da legislação federal aplicada aos RPPS. A administração do instituto, por meio da Política de Investimentos, propõe a preservação do capital do RPPS investido em níveis de baixo risco, mantendo-o dentro da taxa esperada de retorno, dos limites legais e operacionais, e da liquidez adequada dos ativos, traçando uma estratégia de investimentos capaz de garantir a meta atuarial anual ou, se possível, superá-la. É importante ressaltar que, seja qual for alocação dos ativos, o mercado sempre estará sujeito a períodos adversos, ao menos em parte da carteira. Desta forma, é imperativo que haja um prazo para que o RPPS possa ajustar essas flutuações, permitindo-se a recuperação em caso de perdas ocasionais. Assim, o RPPS deve manter-se fiel à Política de Investimentos definida originalmente a partir de seu perfil de risco, remanejando seus recursos com o objetivo de equilibrar a carteira de investimentos.

## **Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos**

De acordo com a Resolução do CMN N° 3.922 de 2010, a atividade de gestão das aplicações dos recursos do RPPS para o exercício de 2015 será realizada por meio de gestão própria. A competência para definir a aplicação dos recursos financeiros é do Diretor Presidente e Financeiro, em conjunto com o Comitê de Investimentos. A política de investimentos será fundamentada na diversidade de aplicações, buscando um baixo risco, que será auxiliado por empresa de assessoria financeira contratada, observando-se o artigo 18 da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010. Os recursos previdenciários deverão ser alocados nos seguimentos de renda fixa e renda variável. Para receber os recursos do RPPS, a instituição financeira devese apresentar: os atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente; observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.

**Critérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável**

Serão critérios para avaliação de contratadas: a) Solidez e imagem da Instituição gestora e administradora; b) Credibilidade da Instituição gestora e administrador junto ao mercado financeira; c) Verificação do enquadramento das alternativas de investimentos perante a legislação em vigor e a Política de Investimentos; d) Análise do patrimônio líquido do gestor e respectivos fundos de Investimento; e) Experiência positiva no exercício da atividade de gestão e administração de recursos de terceiros; f) Segregação das atividades (chinese wall) entre gestor e de recursos e a tesouraria da Instituição financeira; g) Taxas cobradas (administração, performance, gestão, custódia e controladoria); h) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central, pela Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.

**Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos**

Os diversos tipos de aplicação deverão ser avaliados ao final de cada trimestre do ano, podendo, a qualquer momento, serem efetuados eventuais ajustes, conforme recomendação da assessoria financeira, objetivando melhor forma de alocação de recursos em termos de rentabilidade, diversificação e gerenciamento de riscos.

**Observações**

Preliminarmente, devemos observar as diretrizes da Resolução do CMN N° 3.922 de 2010 quanto ao enquadramento das aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social. Os Regimes Próprios de Previdência Social que possuírem, na data da entrada em vigor desta Resolução, aplicações em desacordo com o estabelecido, poderão mantê-las em carteira até o correspondente vencimento ou, na inexistência deste, por até 180 (cento e oitenta) dias. Até o respectivo enquadramento nos limites e condições estabelecidos na Resolução, ficam os Regimes Próprios de Previdência Social impedidos de efetuar novas aplicações que onerem os excessos porventura verificados, relativamente aos limites ora estabelecidos. Em razão disso foi optado por uma gestão com perfil conservador, o que significa não se expor a alto nível de risco. Contudo, tendo em vista garantir, ou superar, a meta atuarial, essa gestão buscará as melhores rentabilidades dentro dos investimentos selecionados. Dadas tais expectativas, a variável chave para a decisão de alocação é a probabilidade de satisfação da meta atuarial no exercício de 2016.